

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31.12.2009

Em milhares de Reais

ATIVO	Notas	31.12.2009	31.12.2008	PASSIVO	Notas	31.12.2009	31.12.2008
ATIVO		372.860	368.197	PASSIVO		143.407	118.597
Disponibilidades		1	368	Coberturas a Pagar	7	53.001	23.567
Compromissos de Revenda	5	370.477	367.746	Precatórios a Pagar	8	4.651	5.102
Créditos a Receber		83	83	Provisões	9	83.019	88.757
Depósitos Judiciais	6	2.299	-	Outros		2.736	1.171
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO		229.453	249.600
				Resultados Acumulados		229.453	249.600
TOTAL		372.860	368.197	TOTAL		372.860	368.197

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIO DE 2009

Em milhares de Reais

	Notas	2009	2008
Receitas de Contribuições	11	189.943	205.029
Repasse da União	12	361.879	58.000
Despesas de Benefícios	13	(584.238)	(203.529)
Remuneração dos Agentes	14	(8.821)	(8.600)
(=) Resultado de Operações		(41.237)	50.900
Receitas de Juros		25.404	34.402
Despesas de Juros		(4.687)	(845)
(=) Resultado Líquido com Juros	15	20.717	33.557
Outras Receitas	16	9.567	20.010
Outras Despesas	16	(9.194)	(23.410)
Resultado no Período		(20.147)	81.057

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIO DE 2009

Em milhares de Reais

	Resultados Acumulados	Patrimônio Líquido Total
Saldo em 31 de dezembro de 2008	249.600	249.600
Resultado do Período	(20.147)	(20.147)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	229.453	229.453
Saldo em 31 de dezembro de 2007	168.543	168.543
Resultado do Período	81.057	81.057
Saldo em 31 de dezembro de 2008	249.600	249.600

(As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras)

1. O PROAGRO E SUAS ATRIBUIÇÕES

Instituído pela Lei 5.969, de 11 de dezembro de 1973, e regulamentado pelo Decreto 175, de 10 de julho de 1991, o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – Proagro tem por objetivos:

- a) exonerar o produtor rural de obrigações financeiras relativas a operações de crédito rural de custeio, cuja liquidação seja dificultada pela ocorrência de fenômenos naturais, pragas e doenças que atinjam bens, rebanhos e plantações;
- b) indenizar recursos próprios utilizados pelo produtor em custeio rural, quando ocorrerem perdas decorrentes dos eventos acima citados.

O Banco Central do Brasil – Bacen é o administrador desse programa, em nome do qual realiza todas as operações, em razão de o Proagro não possuir personalidade jurídica, sendo a Gerência-Executiva de Regulação e Controle das Operações Rurais e do Proagro – Gerop responsável pela sua gestão. O Bacen é ressarcido dos custos incorridos por meio da cobrança de taxa de administração calculada pelo Sistema de Custos e Informações Gerenciais mantido pelo Bacen.

O Proagro está sediado em Brasília – Distrito Federal, no Setor Bancário Sul, quadra 3, bloco B, no edifício sede do Bacen.

O Proagro está sujeito à Lei 8.666/93 e às demais normas que regulam os atos de administração pública.

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas em 25.3.2010 e encontram-se publicadas no sítio do Bacen na internet (www.bcb.gov.br).

2. APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras do Proagro para o exercício findo em 31.12.2009 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis brasileiras e as normas emanadas do Conselho Monetário Nacional – CMN, conforme detalhado na nota 3.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Apuração de Resultado

O resultado do Proagro é apurado semestralmente, em conformidade com o regime de competência, e incorporado ao Patrimônio Líquido.

3.2. Imunidade Tributária

De acordo com o previsto na Constituição Federal brasileira, o Proagro possui imunidade quanto à cobrança de impostos sobre o seu patrimônio e sobre as rendas e serviços relacionados às suas atividades. Entretanto, está obrigado a efetuar retenções de tributos referentes aos pagamentos de serviços prestados por terceiros.

3.3. Provisões para pagamento de passivos

O Proagro reconhece uma provisão quando existe um provável desembolso de recursos e desde que esse valor possa ser estimado com confiança. Quando o desembolso de recursos for possível, mas não provável, fica caracterizada a existência de um passivo contingente, para o qual nenhuma provisão é reconhecida.

4. AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna do Banco Central do Brasil – Audit realizou trabalho de auditoria no Proagro em 2006 com o objetivo de avaliar a sua estrutura de controle interno, dispensando especial atenção à avaliação da consistência dos registros contábeis, tendo em vista a ausência de opinião sobre as Demonstrações Financeiras do Proagro por parte da auditoria externa em anos anteriores. Naquela

oportunidade, a Audit identificou fragilidades relevantes na estrutura de controle interno do programa que demandavam esforços significativos em sua correção.

Considerando que as consequências daí resultantes poderiam acarretar impacto à situação patrimonial e financeira do programa, o Diretor de Liquidações e Desestatização determinou a criação de equipe, em 2007, com o objetivo de solucionar ou dar o devido encaminhamento a todos os pontos relacionados com a contabilidade do Proagro, cujos trabalhos foram concluídos em 14 de novembro de 2008. Foram examinados, com foco na contabilidade, os seguintes pontos:

- a) a conciliação dos saldos contábeis com os valores constantes nos sistemas gerenciais;
- b) a revisão dos esquemas contábeis; e
- c) a revisão dos sistemas informatizados gerenciais, que também geram os lançamentos contábeis, com a implementação de um novo sistema.

Com a conclusão dos trabalhos para atendimento das recomendações da auditoria pela Gerop, a Audit realizou nova auditoria no programa visando avaliar tanto a estrutura de controle interno quanto a efetividade do atendimento das recomendações anteriores, cujos resultados estão consignados no Relatório 2009/019, de 29.10.2009, concluindo:

“Os exames realizados com base nas técnicas e nos procedimentos utilizados na área de auditoria permitem concluir, com razoável certeza, que o controle interno é bom, atendendo às condições mínimas em relação à natureza, à complexidade e aos riscos das operações da área, tendo sido identificadas deficiências que demandam esforços de correção”.

Os pontos mais relevantes, com possíveis impactos na situação econômico-financeira do Proagro, estão detalhados na nota 10.

5. COMPROMISSOS DE REVENDA

São operações em que ocorre uma compra à vista concomitante à assunção do compromisso de revenda em data futura. Nessas operações, tendo em vista suas características, os bens negociados são contabilizados como garantias.

As garantias das operações compromissadas são sempre constituídas em títulos públicos federais custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic, avaliados a preços inferiores àqueles observados no mercado secundário com objetivo de proteger, o credor dos recursos, das variações nas taxas de mercado (preços). Uma vez que o valor das garantias é estabelecido no momento da contratação da operação, não havendo a previsão de ajuste durante sua vigência, o credor dos recursos assume o risco da variação de preços de mercado das garantias, quando estes caem abaixo daqueles estabelecidos quando da contratação da operação.

Essas operações são constituídas sem cláusula de “livre movimentação”, ou seja, a venda definitiva dos títulos recebidos em garantia não é permitida durante a vigência da operação.

	31.12.2009	31.12.2008
Compromisso de Revenda sem livre movimentação	370.477	367.746
Garantias	371.638	369.089

6. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Referem-se aos depósitos constituídos por determinação legal, vinculados a ações judiciais em curso, para os quais existe o reconhecimento de uma provisão (nota 9). São remunerados pela Taxa Referencial – TR e, em função dessa vinculação, ficam indisponíveis até a decisão judicial sobre a questão em litígio.

7. COBERTURAS A PAGAR

Referem-se aos valores de cobertura de sinistros, cujos pedidos foram deferidos pelos agentes do Programa e/ou pela Comissão Especial de Recursos – CER, órgão colegiado vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, destinado a julgar em única instância administrativa os recursos contra as decisões dos agentes do Proagro.

A variação está associada ao aumento dos sinistros ocorridos no período, conforme destacado na nota 13.

8. PRECATÓRIOS A PAGAR

Segundo dispõe o § 1º do art. 100 da Constituição Federal, as entidades de direito público devem incluir nos seus orçamentos dotação necessária à cobertura dos precatórios judiciais apresentados até 1º de julho de cada ano, para pagamento até o final do exercício seguinte.

Com a edição da Emenda Constitucional 30, de 13.9.2000, os precatórios decorrentes de ações ajuizadas até 31.12.1999 serão liquidados pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos, ressalvados, entre outros, os créditos de natureza alimentícia e de pequeno valor.

Em atenção ao disposto no art. 29 da Lei 12.017, de 12.8.2009, (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2010), as dotações aprovadas na lei orçamentária anual, destinadas ao pagamento de débitos oriundos de decisões judiciais transitadas em julgado, serão descentralizadas aos tribunais requisitantes dos precatórios, aos quais competirá efetuar os pagamentos aos beneficiários. Em virtude disso, os recursos orçamentários e financeiros não transitarão pelo Proagro (entidade devedora). O saldo existente em 31.12.2009 refere-se aos precatórios a serem pagos nos exercícios de 2010 e seguintes.

9. PROVISÕES

O Proagro era parte em 400 ações judiciais em 31.12.2009 (3 no pólo ativo e 397 no pólo passivo) relacionadas, principalmente, a contestação das decisões tomadas no âmbito do Programa sobre os pedidos de cobertura dos produtores rurais. Em 31.12.2008 o total era de 398 (3 no pólo ativo e 395 no pólo passivo).

A área jurídica do Bacen avalia todas essas ações judiciais levando em consideração o valor em discussão, a fase processual e o risco de perda. O risco de perda é calculado com base em decisões ocorridas no processo, na jurisprudência aplicável e em precedentes para casos similares.

São contabilizadas provisões de 100% do valor em risco (incluindo uma estimativa de honorários de sucumbência) para todas as ações em que o risco de perda seja classificado como provável, ou seja, em que o risco de perda seja avaliado como maior do que 50%. Em 2009 foram contabilizadas provisões para 106 ações (113 em 2008). O quadro a seguir apresenta a movimentação da conta de provisões durante o exercício:

	31.12.2009	31.12.2008
Saldo inicial	88.757	90.380
Movimentação	(5.738)	(1.623)
Constituição	3.160	18.461
Reversão de Provisões	(8.328)	(18.518)
Transferência para Precatário	(570)	(1.566)
Saldo Final	83.019	88.757

Os valores das ações judiciais são corrigidos, a partir de janeiro de 2003, pela taxa Selic.

As ações judiciais em que o risco de perda foi considerado menor que provável e maior que remoto foram consideradas como passivos contingentes e assim não foram provisionadas. Em 31.12.2009 havia 185 ações nessa situação (168 em 2008), totalizando R\$12.090.762 (R\$11.489.708 em 2008).

O quadro a seguir apresenta o valor das provisões distribuído em função do prazo esperado para a conclusão das ações:

	31.12.2009	31.12.2008
2009	-	4.521
2010	71.640	73.841
2011	3.012	3.139
2012	5.376	5.060
2013	350	334
2014	702	361
2015	484	456
2016	332	313
2017	45	43
2018	140	469
2019	580	220
2020	175	-
2021	183	-
Total	83.019	88.757

10. VALORES NÃO RECONHECIDOS

Os itens a seguir não se encontram adequadamente registrados na contabilidade do Proagro, podendo vir a constituir-se em exigibilidades adicionais do programa:

- valores de coberturas relacionados à securitização do Proagro Velho, de que trata a Circular 2.530/1994 e que não foram incluídas no processo de securitização firmado entre o Tesouro Nacional e os agentes envolvidos, embora constem no sistema do Proagro como securitizados. Ainda não há levantamento da quantidade e valores dessas operações;
- despesas não contabilizadas referentes a decisões adotadas pela CER, que foram questionadas e preliminarmente não acatadas pelo Bacen. Por meio da Decisão nº 549/98-TCU-Plenário, de 19.8.1998, o Tribunal de Contas da União – TCU determinou ao Bacen a execução dessas decisões ou, nos casos em que julgar conveniente, a impetração de ação judicial com o objetivo de desconstituí-las. A análise da demanda e dos valores envolvidos encontra-se pendente de conclusão;
- devolução de receitas de adicional (contribuição do participante) recolhido em duplicidade, cujo valor estimado é de aproximadamente R\$3.800;
- despesas referentes aos processos cujas decisões dos agentes do Proagro (instituições financeiras) quanto ao pedido de cobertura foram contestadas pelos beneficiários, por meio de interposição de recurso à CER. Em 31.12.2009, para um estoque de 44 recursos que se encontrava pendente de julgamento, estima-se uma despesa de aproximadamente R\$80, mantidos os índices históricos de deferimento.

11. RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES

Referem-se à contribuição dos participantes, denominada "adicional do Proagro" (prêmio), correspondente a um percentual do valor amparado pelo Proagro, ou seja, da parte financiada e dos recursos próprios do produtor, sendo que a alíquota varia conforme o tipo de lavoura/cultura.

A variação verificada no período decorre da diminuição do número de contratações (537.033 em 2009 e 627.339 em 2008).

12. REPASSES DA UNIÃO

Os repasses da União ao Proagro foram determinados pelo Decreto 175/91 e devem ocorrer sempre que as disponibilidades do Programa não forem suficientes para cobrir os benefícios por ele amparados.

De acordo com o disposto na Medida Provisória 2.162-72, de 23.8.2001, o Poder Executivo está autorizado a pagar a diferença entre os valores recolhidos a título de adicional e as importâncias devidas como indenizações e as demais despesas incorridas pelo Proagro a partir da vigência da Lei 8.171/91.

A variação está associada ao aumento dos sinistros ocorridos no período (nota 13), que determinaram a necessidade de recursos adicionais para cobertura dos benefícios do programa (nota 17).

13. DESPESAS DE BENEFÍCIOS

Referem-se, principalmente, ao pagamento de cobertura das operações vinculadas ao “Proagro Mais”, segmento do programa destinado a atender os agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

A variação dessas despesas em relação a 2008 tem como fundamento o aumento dos sinistros decorrentes de situações climáticas adversas, com elevação tanto da quantidade (70.817 em 2009 e 49.776 em 2008) quanto do valor médio das coberturas pagas (R\$7 em 2009 e R\$4 em 2008), não obstante a diminuição do número de contratações (nota 11).

14. REMUNERAÇÃO DOS AGENTES

Referem-se à remuneração a que fazem jus os agentes do Proagro pelos serviços prestados ao programa (análise de pedidos de cobertura), correspondente a R\$0,1 (cem Reais) por empreendimento analisado, independentemente do deferimento.

15. RESULTADO LÍQUIDO COM JUROS

	2009	2008
Receitas de Juros	25.404	34.402
Compromisso de Revenda	24.959	34.368
Outras	445	34
Despesas de Juros	(4.687)	(845)
Outras	(4.687)	(845)
Resultado Líquido com Juros	20.717	33.557

Os valores de despesas de juros do exercício de 2009 não são comparáveis com os do exercício de 2008, uma vez que, até 12.11.2008, os juros e o principal dos serviços de comprovação de perdas, das coberturas e da remuneração dos agentes não eram segregados.

A variação do resultado líquido com juros é decorrente, principalmente, da redução do saldo médio aplicado em operações compromissadas em 2009, comparativamente a 2008.

16. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	2009	2008
Outras Receitas	9.567	20.010
Reversão de Provisões (nota 8)	8.328	18.518
Outras	1.239	1.492
Outras Despesas	(9.194)	(23.410)
Constituição de Provisões (nota 8)	(3.160)	(18.461)
Taxa de Administração	(6.034)	(4.949)

A variação das despesas de constituição de provisões é decorrente de ajuste nas rotinas para contabilização do passivo judicial, a partir do 1º semestre de 2009, que resultaram em alterações significativas nos valores anteriormente registrados.

17. OUTRAS INFORMAÇÕES

A fixação da alíquota de adicional independe de cálculo atuarial, tendo em vista que o equilíbrio econômico do programa é dado pelos repasses do Governo Federal e que a contribuição do beneficiário (taxa de adicional) é determinada de acordo com as diretrizes de política agrícola do Governo Federal.

Deoclécio Pereira de Souza
Gerente-Executivo da Gerência-
Executiva de Regulação e Controle das
Operações Rurais e do Proagro

Jefferson Moreira
Chefe do Departamento de Contabilidade
e Execução Financeira
Contador - CRC-DF 7.333



**KPMG Auditores Independentes
Financial Services**

SBS - Qd. 02 - Bl. Q - Lote 03 - Salas 708 a 711
Edifício João Carlos Saad
70070-120 - Brasília, DF - Brasil
Caixa Postal 8723
70312-970 - Brasília, DF - Brasil

Central Tel 55 (61) 2104-2400
Fax 55 (61) 2104-2406
Internet www.kpmg.com.br

Parecer dos auditores independentes

Ao
Administrador do
Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - Proagro
(Administrado pelo Banco Central do Brasil - BACEN)
Brasília - DF


1. Examinamos o balanço patrimonial do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - Proagro, levantado em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas demonstrações de resultado e das mutações do patrimônio líquido e notas explicativas, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras, com base no resultado de nosso exame.
2. Nosso exame foi executado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Proagro; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração do Proagro, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Conforme Nota Explicativa nº 10, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 não contemplam eventuais efeitos que possam advir das seguintes situações: (a) despesas não contabilizadas referentes a decisões adotadas pela CER, que foram questionadas e preliminarmente não acatadas pelo Bacen, as quais estão relacionadas a securitização do Proagro Velho; e (b) receitas de adicional a devolver (contribuição do participante), no montante estimado pela Administração de R\$3.800 mil, não registradas nas demonstrações financeiras do Programa. Não revisamos, nem foram revisadas por outros auditores independentes, o assunto relacionado no item (a) acima, e tampouco pudemos nos satisfazer quanto à adequação do valor representativo desse assunto através de outros procedimentos de auditoria. Portanto, não há como avaliarmos o potencial efeito dessa situação nas demonstrações financeiras do Proagro.
4. Em nossa opinião, exceto quanto ao mencionado no parágrafo 3, as demonstrações financeiras representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - Proagro em 31 de dezembro de 2009, e os resultados de suas operações e das mutações de seu patrimônio líquido, correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 12, o equilíbrio econômico do Programa é garantido pelos repasses do Governo Federal, os quais ocorrem com periodicidade anual, sendo estes repasses necessários para complementar os adicionais recebidos (receitas de contribuição), que em virtude das características da política agrícola do Governo Federal são insuficientes para o custeio do Programa. Não obstante esta garantia por parte da União quando da ocorrência de perdas superiores aos montantes previstos, entendemos que os trâmites legais necessários para a alocação dos recursos adicionais, podem resultar em morosidade no cumprimento de suas obrigações.

6. Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - Proagro, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, apresentadas para fins de comparação. Em razão da relevância dos assuntos mencionados em nosso parecer, datado de 19 de março de 2009, a extensão dos nossos exames não foi suficiente para nos possibilitar expressar, e por isso não expressamos, opinião sobre as demonstrações financeiras do Proagro referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Conforme mencionado na nota explicativa 4, não obstante a existência dos assuntos mencionados no parágrafo 3 acima, a administração do Proagro vem implementando uma série de melhorias relevantes em seus controles internos, as quais fazem parte de um plano de ação desenvolvido ao longo dos últimos três anos. A implementação dessas ações nos permite a emissão de uma opinião com qualificações e não mais um relatório com abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras do Proagro.

Brasília, 25 de março de 2010

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF



Ricardo Anhesini Souza
Contador CRC SP-152233/O-6 S-DF

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31.12.2009

Em milhares de Reais

ATIVO	Notas	31.12.2009	31.12.2008	PASSIVO	Notas	31.12.2009	31.12.2008
ATIVO		1.089.434	1.058.924	PASSIVO		104	59
Disponibilidades		16	11	Credores Diversos		104	59
Compromisso de Revenda	4	1.087.991	1.057.264	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6	1.089.330	1.058.865
Títulos Públicos Federais		1.129	1.317	Resultados Acumulados		1.089.330	1.058.865
Créditos com o Governo Federal		298	332				
TOTAL		1.089.434	1.058.924	TOTAL		1.089.434	1.058.924

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIO DE 2009

Em milhares de Reais

	Notas	2009	2008
Despesas com Projetos	7	(66.462)	(71.988)
Receitas de Juros	8	98.285	116.458
Outras Despesas	11	(1.358)	(913)
Resultado no Período	9	30.465	43.557

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIO DE 2009

Em milhares de Reais

	Resultados Acumulados	Patrimônio Líquido Total
Saldo em 31 de dezembro de 2008	1.058.865	1.058.865
Resultado do Exercício	30.465	30.465
Saldo em 31 de dezembro de 2009	1.089.330	1.089.330
Saldo em 31 de dezembro de 2007	1.015.308	1.015.308
Resultado do Exercício	43.557	43.557
Saldo em 31 de dezembro de 2008	1.058.865	1.058.865

(As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras)

RESERVA PARA O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO BANCO CENTRAL - REDI-BC
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - EXERCÍCIO DE 2009
Em milhares de Reais

fl. 2

	<u>31.12.2009</u>	<u>31.12.2008</u>
<u>Fluxo de Caixa Líquido de Atividades Operacionais</u>	<u>5</u>	<u>10</u>
(Aplicação) resgate de operações compromissadas	67.423	72.535
(Aplicação) resgate de operações com títulos	307	274
(Pagamentos) recebimentos do Governo Federal	50	48
Pagamento de taxa de administração do Bacen	(1.358)	(913)
Pagamento de despesas de projetos	(66.417)	(71.934)
<u>Fluxo de Caixa Líquido</u>	<u>5</u>	<u>10</u>
Varição em caixa e equivalentes de caixa	5	10
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	11	1
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	16	11

(As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras)

1 - A REDI- BC E SUAS ATRIBUIÇÕES

Ao ser regulamentada pela Resolução CMN 3.074/2003 e pelo Voto BCB 234/2003, a Reserva para o Desenvolvimento Institucional do Banco Central – Redi-BC incorporou o patrimônio da extinta Reserva para a Promoção da Estabilidade da Moeda e do Uso do Cheque – Recheque e tem o seu objetivo definido na forma do art. 1º do Regulamento anexo à Portaria 37.687, de 18.12.2006, conforme a seguir:

“Os recursos da Redi-BC destinam-se ao custeio da execução de projetos relevantes e essenciais voltados para o funcionamento e desenvolvimento institucional e que visem à implementação das estratégias definidas no âmbito do planejamento estratégico.”

O Banco Central do Brasil – Bacen é o administrador dessa Reserva, realizando todas as operações em seu nome em razão de a Redi-BC não possuir personalidade jurídica, sendo a Gerência-Executiva de Projetos – Gepro responsável pela sua gestão. O Bacen é ressarcido dos custos incorridos por meio da cobrança de uma taxa de administração calculada pelo Sistema de Custos e Informações Gerenciais mantido pelo Bacen.

A Redi-BC está sediada em Brasília – Distrito Federal, no Setor Bancário Sul, quadra 3, bloco B, no edifício sede do Bacen.

A Redi-BC está sujeita à Lei 8.666/93 e às demais normas que regulam os atos de administração pública.

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas em 25.3.2010 e encontram-se publicadas no sítio do Bacen na internet (www.bcb.gov.br).

2 - APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Redi-BC no exercício findo em 31.12.2009 foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Informações Financeiras – NIIF, emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A NIIF 9 – Instrumentos Financeiros, cuja aplicação será obrigatória a partir dos exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2013, não foi aplicada antecipadamente, tendo em vista que:

- a) a substituição da Norma Internacional de Contabilidade – NIC 39 - Instrumentos Financeiros - Avaliação e Reconhecimento deverá ser efetuada em 3 fases, conforme a seguir:
 - Fase 1: classificação e avaliação;
 - Fase 2: *impairment*; e
 - Fase 3: contabilidade de *hedge*.
- b) dessas fases, apenas a primeira foi concluída, estando prevista para o decorrer de 2010 a conclusão das demais; e
- c) a revisão parcial da contabilização de instrumentos financeiros poderia trazer distorções às demonstrações financeiras da Redi-BC.

Em função dos aspectos anteriormente elencados e, também, de que instrumentos financeiros compõem a totalidade de ativos e passivos da Redi-BC, não é possível efetuar uma previsão da data da adoção desse normativo e, tampouco, estimar seus possíveis efeitos.

3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A seguir, apresentamos um resumo das principais práticas contábeis utilizadas pela Redi-BC, que foram consistentemente aplicadas às informações financeiras comparativas.

3.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado semestralmente em conformidade com o regime de competência e incorporado ao Patrimônio Líquido (nota 9). No contexto do objetivo da Redi-BC, os desembolsos com projetos são contabilizados como despesas.

A NIC 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras prevê, a partir de janeiro de 2009, a apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA do período. O objetivo da DRA é evidenciar o lucro econômico de uma entidade, demonstrando os ganhos e perdas reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido.

A Redi-BC adotou a política contábil de apresentar a DRA segregada da Demonstração de Resultado do Exercício – DRE em suas demonstrações financeiras. No entanto, considerando a inexistência de itens reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido no exercício de 2009, que requeressem a sua divulgação na DRA, essas demonstrações financeiras não contemplam o referido demonstrativo.

3.2. Reconhecimento de receitas e despesas de juros

As receitas e despesas de juros são reconhecidas utilizando-se a taxa de juros efetiva, a qual desconta exatamente o fluxo futuro de recebimentos e pagamentos de um ativo ou passivo financeiro para seu valor líquido contábil, em função de seus prazos contratuais. Esse cálculo considera todos os valores relevantes pagos ou recebidos entre as partes, tais como taxas, comissões, descontos ou prêmios.

As receitas e despesas de juros apresentadas na Demonstração de Resultado incluem as receitas e despesas de juros de todos os ativos e passivos financeiros da Redi-BC não classificados na categoria Valor Justo a Resultado.

3.3. Ativos e passivos financeiros

3.3.1. Reconhecimento

Os ativos e passivos financeiros são registrados pelo valor justo no momento da contratação, ou seja, na data em que a entidade se compromete a efetuar a compra ou a venda, sendo que, para aqueles não classificados na categoria Valor Justo a Resultado, esse valor inclui todos os custos incorridos na operação.

3.3.2. Baixa

Os ativos financeiros são baixados pela liquidação financeira, pela inexistência de perspectiva de realização ou pela perda do direito de realização.

Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações são quitadas, canceladas ou expiram.

3.3.3. Classificação dos instrumentos financeiros

Na data da contratação, os ativos financeiros são classificados em uma das seguintes categorias: Valor Justo a Resultado, Mantidos até o Vencimento, Empréstimos e Recebíveis ou Disponíveis para Venda. Após o registro inicial, os ativos são avaliados de acordo com a classificação efetuada:

a) Valor Justo a Resultado

Um instrumento financeiro é classificado na categoria Valor Justo a Resultado, com ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo reconhecidos no resultado, em ocorrendo uma das seguintes situações:

- se existir a intenção de negociação no curto prazo;
- se for um instrumento derivativo;

- por decisão da administração, quando essa classificação apresentar informações mais relevantes e desde que esses ativos façam parte de uma carteira que seja avaliada e gerenciada com base no valor justo;

b) Mantidos até o Vencimento

Compreende os ativos financeiros não-derivativos para os quais a entidade tenha a intenção e a capacidade de manter até o vencimento. Esses ativos são avaliados pelo custo amortizado, sendo os juros, calculados utilizando-se a taxa de juros efetiva, reconhecidos no resultado pelo regime de competência;

c) Empréstimos e Recebíveis

Inclui os ativos financeiros não-derivativos com amortizações fixas ou determináveis e que não são cotados em mercado. Esses ativos são avaliados pelo custo amortizado, sendo os juros, calculados utilizando-se a taxa de juros efetiva, reconhecidos no resultado pelo regime de competência;

d) Disponíveis para Venda

Esta categoria registra os ativos financeiros não-derivativos não classificados nas demais categorias, uma vez que a administração não possui expectativa determinada de venda. Esses ativos são avaliados pelo valor justo e têm seus ganhos e perdas levados ao patrimônio líquido, sendo reconhecidos no resultado no momento da sua efetiva realização. Entretanto, os juros, calculados utilizando-se a taxa de juros efetiva, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

3.3.4. Metodologia de avaliação

O valor justo é o valor de mercado divulgado pelas principais centrais de custódia ou provedores de informações econômicas. Para os instrumentos sem mercado ativo, o valor justo é calculado com base em modelos de precificação que incluem o valor das últimas negociações ocorridas, o fluxo de caixa descontado e o valor justo de instrumentos financeiros semelhantes. Os modelos utilizados são avaliados por um comitê multidepartamental, a quem cabe sugerir novas metodologias ou aprimoramentos.

O custo amortizado é o valor na data de reconhecimento, atualizado pelos juros contratuais utilizando-se a taxa de juros efetiva, menos eventuais amortizações e reduções por perda de valor.

O quadro a seguir apresenta um resumo dos instrumentos financeiros e suas classificações:

Ativo	Categoria	Metodologia de Avaliação
Disponibilidades	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado
Compromisso de Revenda	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado
Títulos Públicos Federais	Mantidos até o Vencimento	Custo Amortizado
Créditos com o Governo Federal	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado

Passivo	Categoria	Metodologia de Avaliação
Credores Diversos	Outros Passivos	Custo Amortizado

3.3.5. Provisão para perda de ativos financeiros

A Redi-BC efetua, no mínimo semestralmente, uma avaliação para verificar se existem evidências de perdas de valor de seus ativos financeiros.

Somente são consideradas evidências objetivas de perda os fatos ocorridos após o reconhecimento inicial do ativo que tenham impacto no fluxo estimado de recebimentos e desde que esse impacto possa ser estimado com confiança. São considerados, por exemplo, os seguintes eventos:

- a) dificuldades financeiras do devedor;
- b) o não-pagamento de parcelas da obrigação, do principal ou de juros;

- c) renegociação ou abatimento;
- d) liquidação extrajudicial, falência ou outras formas de reorganização financeira;
- e) desaparecimento de mercado ativo, em função de dificuldades financeiras do emissor.

Se existirem evidências objetivas de perda nos ativos avaliados pelo custo amortizado, o valor da perda é calculado pela diferença entre o valor do ativo na data da avaliação e o valor que se espera receber ajustado a valor presente pelas taxas contratuais, sendo o valor do ativo ajustado com o uso de uma conta de provisão e o valor da perda reconhecido no resultado.

A avaliação é efetuada por um comitê multidepartamental, a quem cabe verificar a propriedade dos valores e metodologias utilizadas.

Quando um ativo é considerado não-recebível, seu valor é baixado contra a conta de provisão. Eventuais recebimentos posteriores de ativos baixados são reconhecidos como receita.

Se, em períodos subsequentes, ocorrer alteração nas condições de recebimento do ativo, e essa alteração ocasionar reversão de provisão anteriormente reconhecida, o valor da reversão é reconhecido como receita, com exceção das participações societárias, para as quais a provisão para perda não pode ser revertida.

3.4. Imunidade tributária

De acordo com o previsto na Constituição Federal brasileira, a Redi-BC possui imunidade quanto à cobrança de impostos sobre seu patrimônio e sobre as rendas e serviços relacionados às suas atividades. Entretanto, está obrigada a efetuar retenções de tributos referentes aos pagamentos de serviços prestados por terceiros.

3.5. Demonstração de Fluxo de Caixa

Para fins da Demonstração de Fluxo de Caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem apenas as disponibilidades.

4 - COMPROMISSO DE REVENDA

São operações em que ocorre uma compra à vista concomitante à assunção do compromisso de revenda em data futura. Nessas operações, tendo em vista suas características, os bens negociados são contabilizados como garantias.

As garantias das operações compromissadas são sempre constituídas em títulos públicos federais custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic, os quais são avaliados a preços inferiores àqueles observados no mercado secundário com objetivo de proteger o credor dos recursos das variações nas taxas de mercado (preços). Uma vez que o valor das garantias é estabelecido no momento da contratação da operação, não havendo a previsão de ajuste durante sua vigência, o doador dos recursos assume o risco da variação de preços de mercado das garantias, quando estes caem abaixo daqueles estabelecidos quando da contratação da operação.

Essas operações são constituídas sem cláusula de “livre movimentação”, ou seja, a venda definitiva dos títulos recebidos em garantia não é permitida durante a vigência da operação.

	31.12.2009	31.12.2008
Compromisso de Revenda sem livre movimentação	1.087.991	1.057.264
Garantias	1.096.401	1.060.688

5 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS – POR CATEGORIA

Ativos Financeiros	31.12.2009	31.12.2008
Empréstimos e Recebíveis	1.088.305	1.057.607
Mantidos até o Vencimento	1.129	1.317
TOTAL	1.089.434	1.058.924

Os ativos da Redi-BC não apresentam diferença significativa entre o valor justo e o valor contábil, por se referirem a operações à vista ou de curto prazo.

6 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A rubrica Resultados Acumulados inclui todos os resultados acumulados pela Redi-BC desde a criação da Recheque (nota 1), uma vez que não existe distribuição dos resultados acumulados.

7 - DESPESAS COM PROJETOS

Os projetos conduzidos com recursos da Redi-BC estão classificados de acordo com a etapa em que se encontram:

- Projetos em elaboração – são aqueles que já se encontram aprovados pela Diretoria Colegiada e estão em fase de detalhamento das ações que irão compor o plano do projeto;
- Projetos em execução – projetos que iniciaram efetivamente a realização das ações previstas no plano do projeto;
- Projetos concluídos – todas as etapas previstas foram realizadas, conforme apontado no plano do projeto, o relatório final foi elaborado e a reunião de encerramento efetuada, não havendo mais desembolso de recursos, exceto daqueles referentes ao pagamento de ações realizadas dentro do prazo de execução das atividades, mas que ainda necessitam quitação;
- Projetos cancelados – que tiveram sua execução cancelada por solicitação da unidade interessada, pela Gepro ou pelo coordenador do CPC nos casos previstos no Regulamento. Todas as propostas de cancelamento devem ser encaminhadas à consideração da Diretoria Colegiada.

Os quadros a seguir apresentam um detalhamento do comportamento dessas despesas:

7.1. Despesas com projetos – agregado

Projetos	Orçamento Previsto	Realização		
		Até 31.12.2008	Em 2009	Até 31.12.2009
Em Elaboração	51.563	-	22	22
Em Execução	387.893	60.267	59.164	119.431
Concluídos	130.416	114.527	7.276	121.803
Cancelados	838	-	-	-
TOTAL	570.710	174.794	66.462	241.256

7.2. Projetos em elaboração

Projetos em Elaboração	Realização			
	Orçamento	Até	Em	Até
	Previsto	31.12.2008	2009	31.12.2009
- Aperfeiçoamento da execução da política cambial	316	-	-	-
- Aprimoramento do marco regulatório do mercado de câmbio e de capitais internacionais	1.038	-	-	-
- Avaliação (Assessment) do processos de supervisão do Sistema Financeiro Nacional realizado pelo BCB	434	-	-	-
- Avaliação da carteira ótima do Banco Central nas operações de mercado aberto	310	-	-	-
- Desenvolvimento de Solução Integrada para Abordagem de Gestão de Ativos com Base em Gerenciamento de Riscos	440	-	-	-
- Digitalização de relatórios do Selic do período de dezembro de 1985 a janeiro de 2001, disponíveis em microfichas.	2.558	-	-	-
- Empréstimo de Última Instância	343	-	-	-
- Estudo de Modelos de Taxas de Juros, Inseridos em Ambientes Macroeconômicos, Utilizando Argumentos de Não Arbitragem e Equilíbrio	254	-	-	-
- Gestão Estratégica de Serviços Jurídicos Corporativos - Ação Prospectiva	1.946	-	14	14
- Modernização do Sistema Câmbio	4.197	-	-	-
- Implementação de Basiléia II Fases 2, 3 e 4	10.991	-	-	-
- IX Reunião sobre Administração de Recursos Humanos de Bancos Centrais	243	-	-	-
- Modernização da Educação a Distância no Bacen Fase 1 Modelagem	559	-	-	-
- PDTI 2009/2011: Atualização da Intranet, Internet e Extranet do Banco Central do Brasil	8.350	-	-	-
- PDTI 2009/2011: Consolidação do ambiente de inteligência de negócios para o Banco Central do Brasil	1.209	-	-	-
- PDTI 2009/2011: Provimento de outras soluções de TI para as Unidades de negócio do Banco Central	5.412	-	-	-
- Projeto Prevenção da Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento ao Terrorismo	1.123	-	-	-
- Sistema de Acesso aos Processos Administrativos Punitivos	675	-	-	-
- Sistema de Gerenciamento de Multas Fase 2 - SGM2	2.271	-	-	-
- Sistema de Planejamento e Acompanhamento das Ações da Área de Fiscalização	846	-	8	8
- Sistema Integrado de Gestão de Registros Jurídicos e Controles Financeiros	6.615	-	-	-
- Sondagem sobre Formação de Preços	768	-	-	-
- Transporte Seguro de Numerário	450	-	-	-
- VII Seminário - Curso Internacional de Gestão de Numerário	215	-	-	-
	-	-	-	-
Total - Projetos em Elaboração	51.563	-	22	22

Sobre os projetos em elaboração, cabe ressaltar que o coordenador do Comitê de Projetos Corporativos – CPC pode autorizar, excepcionalmente, desembolso de recursos para a finalização do plano do projeto, se para tanto for necessária a realização de despesas com viagens das equipes.

Em relação aos projetos em elaboração, a seguir são destacados alguns aspectos referentes aos projetos mais relevantes em termos de valores orçados:

- a) “Implementação de Basiléia II - Fases 2, 3 e 4” visa dar continuidade às ações iniciadas com os projetos estratégicos “Basiléia II Fase 1” e “Basiléia II Não-Bancário”, com o objetivo de implementar a nova estrutura de capital, de acordo com as recomendações do Acordo de Basiléia (Basiléia II), em linha com as melhores práticas adotadas internacionalmente, que envolve a mensuração e respectiva metodologia para cálculo da exigência de capital para cobertura do risco de crédito, do risco operacional e do risco de mercado;
- b) Os projetos no âmbito do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI 2009/2011 são destinados ao aprimoramento da atuação do Banco Central na área de tecnologia da informação, sendo os mais relevantes:
 - “Atualização da Intranet, Internet e Extranet do Banco Central do Brasil”;
 - “Provimento de outras soluções de TI para as Unidades de negócio do Banco Central” visa prover as Unidades do Banco Central de instrumentos adequados de Tecnologia da Informação que concorram para o cumprimento de suas missões institucionais;

- c) “Sistema Integrado de Gestão de Registros Jurídicos e Controles Financeiros” visa desenvolver sistema integrado de gestão dos registros jurídico-financeiros da Procuradoria-Geral do Banco Central, relacionados às ações judiciais, à dívida ativa e aos precatórios do Banco Central, aprimorando a organização e a estrutura de governança corporativa da Autarquia, pela transparência, eficiência e eficácia de seus instrumentos de controle financeiro interno.

7.3. Projetos em Execução

Projetos em Execução	Realização			
	Orçamento	Até	Em	Até
	Previsto	31.12.2008	2009	31.12.2009
- Alinhamento concentrado de competência em domínio de idiomas	4.650	2.906	775	3.681
- Aperfeiçoamento da ação da auditoria interna do Bacen	2.549	-	71	71
- Aperfeiçoamento do controle interno da contabilidade	1.152	-	-	-
- Aprimoramento do Arcabouço Regulatório do Crédito Imobiliário	771	45	143	188
- Aprimoramento do Programa de Gerenciamento Externo das Reservas Internacionais (PGER) com o investimento em novas classes de ativos	403	-	54	54
- Construção de indicadores de estabilidade financeira	467	125	118	243
- Convergência das normas de contabilidade e auditoria aos padrões internacionais	792	298	192	490
- Desmutualização e integração de sistemas de compensação e de liquidação de ativos	268	83	72	155
- Diesp - estudos sobre modelos estruturais dinâmicos de equilíbrio geral estocástico para avaliação de políticas	505	166	39	205
- Disseminação da metodologia de apuração fiscal	131	-	44	44
- Elevação da Maturidade do BCB em Gerenciamento de Projetos por Meio da Implementação dos Planos da Ação Produzidos	7.931	417	2.239	2.656
- Estudos sobre anteprojetos de lei de liquidação de instituições financeiras	778	142	326	468
- Evolução da infra-estrutura e dos instrumentos do sistema de pagamentos de varejo	510	200	144	344
- Financiamento de estudos de interesse do Banco Central relativos à implantação do Latin American Bond Fund LABF	400	-	298	298
- Gepad - Atualização	492	-	5	5
- Gerenciamento do processo de produção de votos e recuperação instantânea de votos, atas e estudos correlatos	847	50	14	64
- Gestão Estratégica do BCB	8.767	-	1.506	1.506
- Harmonização de estatísticas macroeconômicas no âmbito do Mercosul	417	16	48	64
- II Seminário sobre planejamento estratégico em bancos centrais da América Latina e Caribe	227	-	149	149
- Implementação de Basiléia II - fase 1: estruturação	6.207	3.866	1.100	4.966
- Institucionalização de princípios e diretrizes para elevação do nível de maturidade organizacional relativo ao Valor Responsabilidade Social	163	-	56	56
- IV Seminário sobre Riscos, Estabilidade Financeira e Economia Bancária	400	-	231	231
- Leis de Bancos Centrais	281	-	36	36
- Livro comemorativo dos 10 anos de implantação do regime de metas para inflação no Brasil	200	-	-	-
- Modelo de risco integrado da Dipom e impacto nos resultados do balanço do Bacen	381	119	81	200
- Modelos de Projeção	794	-	41	41
- Modelos macroeconômicos dinâmicos de equilíbrio geral - bayesianos	409	193	59	252
- Modernização da destruição de numerário no BC	24.956	73	25	98
- Modernização da Infraestrutura dos edifícios funcionais do Banco Central	78.548	-	5.694	5.694
- Modernização do sistema de vigilância eletrônica do Bacen	13.409	6	2	8
- Modernização do STR - redução de riscos e aumento da eficiência, com democratização do acesso à moeda de banco central	25.296	9.175	5.371	14.546
- Monitoramento da Estabilidade do Sistema Financeiro	979	67	106	173
- Novo sistema Expectativas de mercado	1.324	483	229	712

- PDTI 2009/2011: Aprimoramento dos Instrumentos de Gestão de Tecnologia da Informação	3.830	-	1.147	1.147
- PDTI 2009/2001: Atualização dos Serviços de Redes de Computadores do Banco Central do Brasil	19.273	-	5.677	5.677
- PDTI 2009/2011: Atualização das soluções de hardware	32.389	-	7.691	7.691
- PDTI 2009/2011: Atualização da infra-estrutura para automação de escritórios (micros, notebooks, aplicativos)	12.000	-	1.084	1.084
- PDTI 2009/2011: Atualização do ambiente de desenvolvimento de soluções de TI	4.059	-	9	9
- PDTI 2009/2011: Aprimoramento do Sistema de Segurança em Tecnologia da Informação no Banco Central do Brasil	5.782	-	2.562	2.562
- PDTI 2009/2011: Atualização e monitoramento das soluções de software	790	-	27	27
- PDTI 2009/2011: Capacitação dos servidores do Banco Central nas novas tecnologias	1.600	-	94	94
- PDTI 2009/2011: Estruturação e divulgação de carteira de soluções de TI para a organização	1.000	-	24	24
- PDTI2009/2011: Implementação de Tecnologia ECM e BPM	8.300	-	1.225	1.225
- PDTI 2009/2011: Migração do legado para a plataforma distribuída	2.900	-	333	333
- Plano de continuidade de negócios do Banco Central do Brasil	228	55	-	55
- Pontos críticos da fase de instauração dos processos administrativos punitivos e das comunicações a outros órgãos	986	254	432	686
- Pós-graduação - especializações e mestrados profissionais	5.000	145	386	531
- Programa de revitalização e organização da tecnologia de informação	43.000	31.810	10.856	42.666
- Projeto de controle de irregularidades em documentação	2.746	719	267	986
- Projeto Inclusão Financeira I - Diagnóstico e articulação	694	-	298	298
- Rating - sistema de automação	690	397	140	537
- Reaparelhamento de segurança	6.104	395	1.287	1.682
- Recuperação de créditos do Bacen inscritos em dívida ativa ou em depósitos judiciais (precatórios e ações rescisórias).	5.322	453	852	1.305
- Recuperação de normativos com referências cruzadas	585	30	55	85
- Redução de riscos do CCR	1.064	247	713	960
- Reformulação da regulamentação e dos sistemas informatizados do mercado de câmbio e de capitais estrangeiros no país e de brasileiros no Exterior	5.271	380	56	436
- Restauração de obras de arte de Portinari integrantes do acervo do Bacen	857	488	187	675
- SAR - sistema de administração das reservas	10.639	5.749	2.752	8.501
- Sistema de cadastro e de autorizações do Banco Central - Fase diagnóstico e modelagem	1.936	-	37	37
- Sistema de controle de acesso	10.858	28	(1)	27
- Sistema de pagamentos em moedas locais	1.532	470	260	730
- Sistema de informações de crédito do Bacen - SCR - funcionalidades essenciais pendentes	3.049	22	116	138
- Sondagem de Tendências do Setor de Serviços no Brasil	2.941	-	368	368
- Supervisão de entidades não-bancárias e de cooperativas de crédito no contexto do novo ambiente normativo de Basileia II	848	195	447	642
- Tratamento e disponibilização dos acervos histórico e numismático do Bacen	5.874	-	379	379
- XIV Reunião de Pesquisadores de Bancos Centrais	342	-	136	136
Total - Projetos em Execução	387.893	60.267	59.164	119.431

A não-realização de despesas no exercício em alguns projetos nessa fase decorre do cancelamento de ações inicialmente previstas ou porque as ações praticadas nesse período não envolveram desembolso de recursos financeiros.

O crédito em 2009, relativo ao projeto “Sistema de Controle de Acesso”, refere-se à devolução de passagem, cuja despesa foi realizada em exercício anterior.

Em relação aos projetos em execução, a seguir são destacados alguns aspectos referentes aos projetos mais relevantes em termos de valores orçados:

- a) “Elevação da Maturidade do Bacen em Gerenciamento de Projetos por Meio da Implementação dos Planos da Ação Produzidos” visa melhorar os processos de gerenciamento de projetos e a implantação de software específico;
- b) “Gestão Estratégica do BCB” visa: (i) aperfeiçoar o processo de planejamento da instituição; (ii) implantar modelo de gestão estratégica, com foco em resultados; (iii) mapear, documentar, analisar e redesenhar processos de trabalho do Bacen considerados prioritários, implantar método para atualização dos processos de trabalho e para monitoramento e análise dos indicadores de resultados dos processos;

- (iv) avaliar a estrutura organizacional atual do Bacen e indicar possíveis ajustes; e (v) capacitar servidores e manualizar toda a metodologia aplicada no Projeto;
- c) “Implementação de Basiléia II - Fase 1: Estruturação” visa implementar a nova estrutura de capital para as instituições financeiras, atendendo as recomendações do novo Acordo de Basiléia (Basiléia II);
- d) “Modernização da destruição de numerário no Bacen” visa melhoria da segurança e precisão na contagem de numerário, reduzindo a insalubridade do processo, seu custo operacional e elevando sua produtividade;
- e) “Modernização da Infraestrutura dos edifícios funcionais do Banco Central” projeto resultante da fusão dos projetos “Revitalização dos edifícios funcionais do Bacen” e Revitalização complementar dos edifícios funcionais do Banco Central,, tendo como objetivo a modernização e revitalização dos edifícios funcionais do Banco Central, com vistas à melhoria da segurança e da qualidade de vida dos servidores e prestadores de serviços, bem como a sustentabilidade, como redução dos gastos de manutenção, melhoria da acessibilidade e da disponibilização das instalações que mantêm em funcionamento o Sistema Financeiro Nacional;
- f) “Modernização do Sistema de Vigilância Eletrônica do Bacen” visa aumentar a segurança nas instalações do Bacen, possibilitando à integração de suas representações regionais com o monitoramento a partir de Brasília e futura integração aos sistemas de controle de acesso e outros periféricos;
- g) “Modernização do STR - Redução de riscos e aumento de eficiência, com democratização do acesso à moeda de banco central” visa: (i) mitigar o risco de liquidações financeiras das operações realizadas no mercado interbancário, as quais incluem, entre outras, as operações de política monetária e política cambial; (ii) propiciar condições de melhor liquidez ao mercado de títulos públicos federais; (iii) ampliar a competição entre os prestadores de serviços de pagamentos; (iv) dar maior visibilidade ao Banco Central sobre as instituições financeiras; e (v) evitar a concentração de pagamentos nas instituições bancárias que atuam como instituição de liquidação e a exposição ao risco de interrupção ou lentidão no processamento do Sistema de Pagamentos de Grande Valor (SPGV) do Brasil;
- h) Os projetos no âmbito do PDTI 2009/2011 são destinados ao aprimoramento da atuação do Banco Central na área de tecnologia da informação, sendo os mais relevantes:
- “Atualização dos Serviços de Redes de Computadores do Banco Central do Brasil” visa atualizar a infra-estrutura de rede, agregando novos serviços, provendo maior velocidade na transmissão de dados e maior disponibilidade e confiabilidade para as redes;
 - “Atualização das soluções de hardware” visa atualizar e consolidar a tecnologia de armazenamento de dados e de servidores de aplicação, por meio de aquisição de produtos e capacitação de servidores;
 - “Atualização da infra-estrutura para automação de escritórios (micros, notebooks, aplicativos)” visa renovar os recursos tecnológicos destinados a atividade individual, atualizando-se também o software de base e os aplicativos;
 - “Aprimoramento do Sistema de Segurança em Tecnologia da Informação no Banco Central do Brasil” visa atualizar, adaptar e divulgar constantemente normas, procedimentos, controles e orientações referentes à segurança da informação, à tecnologia de proteção da rede e às soluções, ao controle de acesso, ao registro de ações praticadas, aos antivírus e outras, garantindo a segurança dos processos operacionais. Além disso, visa conscientizar e capacitar os usuários nas políticas e práticas de segurança em tecnologia da informação;
 - “Implementação de Tecnologia ECM e BPM” visa dotar o Banco Central de um conjunto de ferramentas e procedimentos para a automação e otimização de seus processos de negócio, com base em tecnologias apropriadas para modelagem, simulação, automatização

e monitoramento de processos, integradas com tecnologias para captura, guarda, controle, tramitação e recuperação de documentos produzidos e recebidos;

- i) “Programa de Revitalização e Organização da Tecnologia de Informação” visa aumentar a disponibilidade dos serviços, melhorar a capacidade de processamento e o desempenho do acesso às bases de dados, e também minimizar o tempo de resposta dos aplicativos, conferindo maior velocidade na transmissão de dados, e maior disponibilidade e confiabilidade para as redes locais e para a rede de longa distância;
- j) “Reaparelhamento da Segurança” visa modernizar os equipamentos do Bacen, para garantir a segurança das pessoas, do patrimônio, dos valores e das informações;
- k) “Recuperação de créditos do Bacen Inscritos em Dívida Ativa ou em Depósitos Judiciais (precatórios e ações rescisórias)” visa recuperar os créditos do Bacen em processo de execução fiscal e os depósitos judiciais decorrentes de precatórios e ações rescisórias;
- l) “Reformulação da Regulamentação e dos Sistemas Informatizados do Mercado de Câmbio e de Capitais Estrangeiros no País e de Brasileiros no Exterior” visa o estabelecimento de regras e o desenvolvimento de sistemas informatizados simples e modernos de câmbio e de capitais estrangeiros no País e de capitais brasileiros no exterior, adaptáveis à dinâmica do mercado internacional;
- m) “SAR - Sistema de Administração das Reservas” visa possibilitar a atuação do Banco Central no mercado financeiro internacional, procurando obter melhoria na performance das aplicações das reservas internacionais, maior flexibilidade para implementação de estratégias de investimentos das reservas, redução do risco operacional mediante a automação de processos, e aperfeiçoamento dos mecanismos de captura e disseminação de informações de mercado;
- n) “Sistema de Controle de Acesso” visa a implantação de um novo sistema de controle de acessos nos edifícios do Bacen, para aumento da eficácia do sistema de segurança;
- o) “Tratamento e disponibilização dos acervos histórico e numismático do Bacen” objetiva dar visibilidade aos acervos numismático e de documentos históricos sob guarda do Bacen e garantir sua preservação.

7.4. Projetos concluídos

Projetos Concluídos em 2009	Orçamento	Até	Em	Até
	Previsto	31.12.2008	2009	31.12.2009
- A supervisão do Bacen no contexto da convergência das normas de contabilidade e auditoria aos padrões internacionais	896	358	385	743
- Avaliação de modelos avançados de risco de crédito em instituições financeiras	167	72	25	97
- Diagnóstico das melhores práticas de implement. da polít. monetária: oper. de mercado aberto e seus mecanismos de controle	231	26	28	54
- Diretrizes e mecanismos para o fortalecimento da governança em cooperativas de crédito no Brasil	463	252	156	408
- Encontro com empresários brasileiros e argentinos	129	-	90	90
- Estratégia Nacional de Educação Financeira - Seminário sobre Experiências de Educação Financeira	66	47	-	47
- Estudo e acompanhamento da evolução das moedas sociais no Brasil	169	28	-	28
- Estudo e implementação de um modelo de estrutura a termo das taxas de juros para o Bacen	581	133	-	133
- Estudos e pesquisas em economia bancária e crédito	168	40	21	61
- Governança corporativa do Bacen	166	81	-	81
- Impactos da implementação do novo Manual de Estatísticas das Contas Internacionais (MECI) na compilação do Balanço de Pagamentos (BP)	31	10	5	15
- Implantação da universidade corporativa do Bacen	9.072	8.178	402	8.580
- Implantação de modelo de gestão de pessoas com base em competências	1.616	1.227	124	1.351
- Modernização do processo de investimento das reservas internacionais	241	178	-	178
- Presidência brasileira do G-20 e sua participação na tróica: 2007-2009	1.095	582	272	854
- Programa de análise pericial de falsificações	3.926	357	529	886
- Programa de atualização da tecnologia da Informação	45.000	44.709	-	44.709
- Projeto monitoramento de mercado	1.944	1.584	253	1.837
- Reformulação das páginas do BCJovem no "site" do Bacen na Internet	95	68	-	68
- Reunião Bimestral do BIS no Brasil em novembro de 2008	1.297	945	(5)	940
- Reunião de Presidentes de Bancos Centrais do Mercosul, Bolívia, Chile, Peru e Venezuela.	197	-	147	147
- Revisão dos registros e controles jurídicos no âmbito da Procuradoria-geral do Bacen	716	330	(2)	328
- Revitalização complementar dos edifícios funcionais do Banco Central	2.590	2.041	549	2.590
- Revitalização dos edifícios funcionais do Bacen	53.312	50.927	2.385	53.312
- Seminário Detección de Fraude Bancario	84	-	46	46
- Sistema de análise de grupos/cotas de consórcio	350	130	104	234
- Sistema de atendimento ao poder judiciário - Bacen jud 2.0 - fase II	2.388	720	614	1.334
- Sistema de auxílio ao exame de processos de trabalho envolvendo observações cadastrais	650	407	243	650
- Sistema de gerenciamento do meio circulante	787	721	-	721
- Sistema integrado de gerenciamento da ação de supervisão	688	91	426	517
- VII Seminário Banco Central sobre Microfinanças	427	285	-	285
- XI Seminário Anual de Metas para a Inflação do Banco Central do Brasil	874	-	479	479
Total - Projetos Concluídos em 2009	130.416	114.527	7.276	121.803

Os créditos em 2009, referentes aos projetos “Reunião Bimestral do BIS no Brasil em novembro de 2008” e “Revisão dos registros e controles jurídicos no âmbito da Procuradoria-Geral do Bacen”, referem-se à devolução de passagens, cuja despesa foi realizada em exercício anterior.

Em relação aos projetos concluídos, a seguir são destacados alguns aspectos referentes aos projetos mais relevantes em termos de valores orçados:

- “Implantação da Universidade Corporativa do Bacen” visa implantar um novo modelo de educação corporativa, que esteja diretamente relacionado à missão e aos objetivos estratégicos do Bacen;
- “Programa de Atualização da Tecnologia da Informação do Bacen” visa (i) modernizar e estruturar a plataforma operacional de produção e desenvolvimento de soluções de TI; (ii) modernizar as ferramentas de TI do Bacen; (iii) diminuir a exposição do Bacen aos riscos

decorrentes de negociação com fornecedores exclusivos de TI; (iv) automatizar os fluxos de trabalho do Bacen; (v) modernizar o controle de circulação de processos e documentos; e (vi) diminuir os custos operacionais de TI;

- c) “Revitalização dos Edifícios Funcionais do Bacen” e “Revitalização Complementar dos Edifícios Funcionais do Banco Central” visam à melhoria da segurança e da qualidade de vida dos servidores, contratados e das pessoas que transitam pelos prédios do Bacen, mediante a revitalização dos seus edifícios funcionais.

7.5. Projetos cancelados

Projetos Cancelados	Realização			
	Orçamento Previsto	Até 31.12.2008	Em 2009	Até 31.12.2009
- Revisão e atualização da Política Institucional de Comunicação e elaboração de Plano Estratégico de Comunicação	838	-	-	-
Total - Projetos Cancelados	838	-	-	-

7.6. Projetos por tipo de despesa

O quadro a seguir apresenta os gastos dos projetos classificados de acordo com o tipo de despesa efetuada:

	2009	2008
Diárias e Passagens	6.010	5.479
Serviços Técnico Profissionais	3.057	1.138
Treinamento	3.186	2.975
Serviços de Consultoria	3.155	1.154
Equipamentos de Informática	24.586	17.581
Softwares e soluções de informática	14.546	13.348
Realização de Obras	6.868	23.880
Aquisição e Manutenção de Bens Móveis	2.831	4.088
Outras	2.223	2.345
Despesas Totais com Projetos	66.462	71.988

8 - RECEITAS DE JUROS

	2009	2008
Receitas de Juros	98.285	116.459
Operações com Títulos Públicos Federais	98.269	116.376
Outros	16	83
Total	98.285	116.459

9 - RESULTADO DO PERÍODO

O resultado no período foi positivo em R\$30.465 (R\$43.557 em 2008) e decorreu, basicamente, do fato de os rendimentos obtidos em aplicações em títulos públicos federais terem sido superiores às despesas com projetos.

10 - ADMINISTRAÇÃO DE RISCO

Tendo em vista as características da Redi-BC, que basicamente investe seus recursos em títulos públicos federais e os aplica em projetos de interesse do Bacen, não lhe sendo permitido contrair empréstimos ou outras formas de passivo, não existe política de risco na administração de seus ativos e passivos.

10.1. Risco de Crédito

Risco de crédito é a possibilidade de perda em função de a contraparte não honrar suas obrigações.

Não existe política de mitigação do risco de crédito, uma vez que seus ativos têm como contraparte o próprio Banco Central ou o Governo Federal.

10.2. Risco de Mercado

Risco de mercado é aquele resultante das oscilações de parâmetros de mercado, tais como taxa de juros e taxas de câmbio.

10.2.1. Risco de Taxa de Juros

É o risco resultante das mudanças nas taxas de juros, que afetam o valor justo dos instrumentos de rendimento prefixado e o fluxo financeiro futuro naqueles de rendimento pós-fixados. O quadro a seguir demonstra a exposição da Redi-BC às variações de fluxo financeiro, uma vez que ela não possui operações pré-fixadas.

	31.12.2009		31.12.2008	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Pós-fixado	1.089.418	-	1.058.913	-
Sem juros	16	104	11	59
Total	1.089.434	104	1.058.924	59

Cabe destacar que os ativos remunerados com taxas pós-fixadas são reprecificados em até um mês, sendo corrigidos pela taxa Selic ou pelo IGP-M acrescido de juros.

Estima-se que um aumento de 1% na taxa de juros aumentaria o resultado de 2009 em R\$894 (R\$1.035 em 2008).

10.3. Risco de Liquidez

O risco de liquidez é aquele que surge da eventual dificuldade de negociação de papéis em um mercado secundário, em virtude de que este não possa absorver o volume que se deseja negociar sem que haja significativa alteração de preço.

Não há política de mitigação de riscos de liquidez em função da liquidez diária da maior parte dos ativos e dado o valor inexpressivo de passivos.

11 - PARTES RELACIONADAS

De acordo com a NIC 24 – Divulgação de Partes Relacionadas, as seguintes instituições se caracterizam como partes relacionadas da Redi-BC:

11.1. Banco Central do Brasil

O Bacen é classificado como parte relacionada porque é seu gestor, realizando todas as operações em seu nome uma vez que a Redi-BC não possui personalidade jurídica.

O Bacen é ressarcido dos custos incorridos na administração da Redi-BC por meio de cobrança de uma taxa de administração, que em 2009 foi de R\$1.358 (R\$913 em 2008). Essa taxa é calculada pelo Sistema de Custos e Informações Gerenciais, mantido pelo Bacen.

11.2. Centrus

A Fundação Banco Central de Previdência Privada - Centrus é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, e tem como objetivo complementar os benefícios de aposentadoria e pecúlio assegurados pela previdência social pública dos funcionários do Bacen que se aposentaram até 31.12.1990. A Centrus, apesar de não possuir nenhuma transação com a Redi-BC, é considerada como parte relacionada obrigatória pela NIC 24 por se tratar de um fundo de pensão mantido por uma parte relacionada da Redi-BC, nesse caso, o Bacen.

André Pinheiro Machado Mueller
Gerente-Executivo da
Gerência-Executiva de Projetos

Jefferson Moreira
Chefe do Departamento de Contabilidade
e Execução Financeira
Contador CRC-DF 7.333



KPMG Auditores Independentes

SBS - Qd. 02 - Bl. Q - Lote 03 - Salas 708 a 711
Edifício João Carlos Saad
70070-120 - Brasília, DF - Brasil
Caixa Postal 8723
70312-970 - Brasília, DF - Brasil

Central Tel 55 (61) 2104-2400
Fax 55 (61) 2104-2406
Internet www.kpmg.com.br

Parecer dos auditores independentes

Ao

Administrador da

Reserva para o Desenvolvimento Institucional do Banco Central - Redi-BC

(Administrada pelo Banco Central do Brasil)

Brasília - DF

1. Examinamos o balanço patrimonial da Reserva para o Desenvolvimento Institucional do Banco Central - Redi-BC levantado em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes ao exercício findo naquela data. A Administração da Redi-BC é responsável pela elaboração e pela correta apresentação dessas demonstrações financeiras que, conforme discutido na Nota Explicativa nº 2, foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Informações Financeiras (“NIIF’s”). Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras, com base no resultado de nosso exame.
2. Nosso exame foi executado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil bem como em observância das normas internacionais de auditoria. Essas normas requerem que o planejamento e a execução de nosso exame seja suficiente para fornecer uma segurança razoável quanto à inexistência de erros materiais nas demonstrações financeiras. Nosso exame compreendeu a aplicação de testes, com base em amostras, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações divulgados nas demonstrações financeiras. Nosso exame incluiu ainda a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Redi-BC em 31 de dezembro de 2009, e os resultados de suas operações e dos seus fluxos de caixa, correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Informações Financeiras (“NIIFs”).

4. As demonstrações financeiras da Reserva para o Desenvolvimento Institucional do Banco Central - Redi-BC, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, apresentadas para fins de comparação, foram por nós examinadas, e nosso parecer, datado de 17 de março de 2009, foi emitido com ressalva em razão da existência de um volume significativo de despesas com projetos apurado pelo regime de caixa, e não pelo regime de competência, não tendo sido possível mensurar os montantes de despesas com projetos eventualmente não reconhecidos pelo regime de competência. No exercício findo em 31 de dezembro de 2008, o saldo da rubrica Despesas com Projetos era de R\$ 71.988 mil. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Administração implementou novos procedimentos para o reconhecimento contábil das despesas com projetos e, como consequência, a referida ressalva não é mais aplicável.

Brasília, 25 de março de 2010

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF



Ricardo Anhesini Souza
Contador CRC SP-152233/O-6 S-DF

RESERVA MONETÁRIA
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31.12.2009
 Em milhares de Reais

fl. 1

A T I V O		Notas	31.12.2009	31.12.2008	P A S S I V O		Notas	31.12.2009	31.12.2008
ATIVO			3.707.635	3.405.993	PASSIVO			2	5
Disponibilidades			3	7	Créditos a Pagar		2	5	
Compromisso de Revenda		4	3.280.739	2.940.769	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8	3.707.633	3.405.988	
Créditos com o Governo Federal		5	426.893	465.217	Ganhos (Perdas) Reconhecidos Diretamente no Patrimônio		(14.269)	(14.345)	
					Resultados Acumulados		3.721.902	3.420.333	
TOTAL			3.707.635	3.405.993	TOTAL		3.707.635	3.405.993	

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIO DE 2009
 Em milhares de Reais

	Notas	2009	2008
Receitas de juros	9	302.579	385.061
Outras Receitas		7	8
Outras Despesas		(1.017)	(954)
RESULTADO NO PERÍODO	10.1	301.569	384.115

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIO 2009
 Em milhares de Reais

	Nota	2009	2008
RESULTADO NO PERÍODO	10.1	301.569	384.115
Itens Reconhecidos Diretamente na Demonstração do Resultado Abrangente		76	1.860
Ativos Disponíveis para Venda		76	1.860
Ganhos (Perdas) Levados ao Patrimônio Líquido		76	1.860
RESULTADO ABRANGENTE NO PERÍODO	10.2	301.645	385.975

(As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras)

RESERVA MONETÁRIA
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIO DE 2009
 Em milhares de Reais

fl. 2

	GANHOS (PERDAS) RECONHECIDOS DIRETAMENTE NO PATRIMÔNIO	RESULTADOS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2008	(14.345)	3.420.333	3.405.988
Ativos Disponíveis para Venda			
- Ganhos (perdas) levados ao Patrimônio Líquido	76	-	76
Ganhos (perdas) reconhecidos diretamente no PL	76	-	76
Resultado do 1º semestre de 2009	-	162.781	162.781
Resultado do 2º semestre de 2009	-	138.788	138.788
Resultado do exercício	-	301.569	301.569
Saldo em 31 de dezembro de 2009	(14.269)	3.721.902	3.707.633

	GANHOS (PERDAS) RECONHECIDOS DIRETAMENTE NO PATRIMÔNIO	RESULTADOS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2007	(16.205)	3.036.218	3.020.013
Ativos Disponíveis para Venda			
- Ganhos (perdas) levados ao Patrimônio Líquido	1.860	-	1.860
Ganhos (perdas) reconhecidos diretamente no PL	1.860	-	1.860
Resultado do 1º semestre de 2008	-	169.413	169.413
Resultado do 2º semestre de 2008	-	214.702	214.702
Resultado do exercício	-	384.115	384.115
Saldo em 31 de dezembro de 2008	(14.345)	3.420.333	3.405.988

(As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras)

RESERVA MONETÁRIA		fl. 3
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - EXERCÍCIO DE 2009		
Em milhares de Reais	2009	2008
<u>Fluxo de Caixa Líquido de Atividades Operacionais</u>	<u>(4)</u>	<u>4</u>
(Aplicação) resgate de operações compromissadas	(58.517)	(56.096)
(Pagamentos) recebimentos em nome do Governo Federal	59.526	57.044
Pagamento de taxa de administração ao Bacen	(1.017)	(954)
Outros (pagamentos) recebimentos	4	10
<u>Fluxo de Caixa Líquido</u>	<u>(4)</u>	<u>4</u>
Varição em Caixa e Equivalentes de Caixa	(4)	4
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	7	3
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	3	7

(As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras)

1. A RESERVA MONETÁRIA E SUAS ATRIBUIÇÕES

A Reserva Monetária foi criada pela Lei 5.143/66 e tem por finalidade assegurar a normalidade dos mercados financeiros e de capitais, conforme o art. 12, regulamentado pelo Decreto-Lei 1.342/74, tendo como fonte de recursos a receita líquida do IOF (art. 12 da Lei 5.143).

Em decorrência da edição do Decreto-Lei 2.471/88, que determinou a transferência da cobrança e administração do IOF para a Secretaria da Receita Federal, incorporando o tributo ao Tesouro da União, a Reserva Monetária deixou de receber novos ingressos originários da arrecadação daquele imposto. Não obstante isso, o Fundo não foi formalmente extinto e continuou a ser suprido com os valores recuperados pelo Banco Central do Brasil - Bacen referentes às aplicações feitas anteriormente no saneamento do mercado financeiro.

O Bacen é o administrador dessa Reserva, realizando todas as operações em seu nome em razão de a Reserva Monetária não possuir personalidade jurídica, sendo o Departamento de Liquidações Extrajudiciais – Deliq responsável pela sua gestão. O Bacen é ressarcido dos custos incorridos por meio da cobrança de uma taxa de administração calculada pelo Sistema de Custos e Informações Gerenciais mantido pelo Bacen.

A Reserva Monetária está sediada em Brasília – Distrito Federal, no Setor Bancário Sul, quadra 3, bloco B, no edifício sede do Bacen.

Na forma do artigo 28 da Lei Complementar 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a Reserva Monetária somente poderá socorrer as instituições financeiras mediante a edição de lei específica.

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas em 25.3.2010 e encontram-se publicadas no site do Bacen na internet (www.bcb.gov.br).

2. APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Reserva Monetária para o exercício findo em 31.12.2009 foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Informações Financeiras – NIIF, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* — IASB.

A NIIF 9 – Instrumentos Financeiros, cuja aplicação será obrigatória a partir dos exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2013, não foi aplicada antecipadamente, tendo em vista que:

- a) a substituição da Norma Internacional de Contabilidade – NIC 39 - Instrumentos Financeiros - Avaliação e Reconhecimento deverá ser efetuada em 3 fases, conforme a seguir:
 - Fase 1: classificação e avaliação;
 - Fase 2: *impairment*; e
 - Fase 3: contabilidade de *hedge*.
- b) dessas fases, apenas a primeira foi concluída, estando prevista para o decorrer de 2010 a conclusão das demais; e
- c) a revisão parcial da contabilização de instrumentos financeiros poderia trazer distorções às demonstrações financeiras da Reserva.

Em função dos aspectos anteriormente elencados e, também, de que instrumentos financeiros compõem a quase totalidade de ativos e passivos da Reserva, não é possível efetuar uma previsão da data da adoção desse normativo e, tampouco, estimar seus possíveis efeitos.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A seguir, apresentamos um resumo das principais práticas contábeis utilizadas pela Reserva Monetária, que foram consistentemente aplicadas às informações financeiras comparativas.

3.1. Apuração do resultado

O resultado da Reserva Monetária é apurado semestralmente em conformidade com o regime de competência e incorporado ao Patrimônio Líquido (nota 10.1).

3.2. Reconhecimento de receitas e despesas de juros

As receitas e despesas de juros são reconhecidas utilizando-se a taxa de juros efetiva, a qual desconta exatamente o fluxo futuro de recebimentos e pagamentos de um ativo ou passivo financeiro para seu valor líquido contábil, em função de seus prazos contratuais. Esse cálculo considera todos os valores relevantes pagos ou recebidos entre as partes, tais como taxas, comissões, descontos ou prêmios.

As receitas e despesas de juros apresentadas na demonstração de resultado incluem as receitas e despesas de juros de todos os ativos e passivos financeiros da Reserva Monetária não classificados na categoria Valor Justo a Resultado.

3.3. Ativos e passivos financeiros

3.3.1. Reconhecimento

Os ativos e passivos financeiros são registrados pelo valor justo no momento da contratação, ou seja, na data em que a entidade se compromete a efetuar a compra ou a venda, sendo que, para aqueles não classificados na categoria Valor Justo a Resultado, esse valor inclui todos os custos incorridos na operação.

3.3.2. Baixa

Os ativos financeiros são baixados pela liquidação financeira, pela inexistência de perspectiva de realização ou pela perda do direito de realização.

Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações são quitadas, canceladas ou expiram.

3.3.3. Classificação dos instrumentos financeiros

Na data da contratação, os ativos financeiros são classificados em uma das seguintes categorias: Valor Justo a Resultado, Mantidos até o Vencimento, Empréstimos e Recebíveis ou Disponíveis para Venda. Após o registro inicial, os ativos são avaliados de acordo com a classificação efetuada:

a) Valor justo a resultado

Um instrumento financeiro é classificado na categoria Valor Justo a Resultado, com ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo reconhecidos no resultado, em ocorrendo uma das seguintes situações:

- se existir a intenção de negociação no curto prazo;
- se for um instrumento derivativo;
- por decisão da administração, quando essa classificação apresentar informações mais relevantes e desde que esses ativos façam parte de uma carteira que seja avaliada e gerenciada com base no valor justo;

b) Mantidos até o vencimento

Compreende os ativos financeiros não-derivativos para os quais a entidade tenha a intenção e a capacidade de manter até o vencimento. Esses ativos são avaliados pelo custo amortizado, sendo os juros, calculados utilizando-se a taxa de juros efetiva, reconhecidos no resultado pelo regime de competência;

c) Empréstimos e recebíveis

Inclui os ativos financeiros não-derivativos com amortizações fixas ou determináveis e que não são cotados em mercado. Esses ativos são avaliados pelo custo amortizado, sendo os juros, calculados utilizando-se a taxa de juros efetiva, reconhecidos no resultado pelo regime de competência;

d) Disponíveis para venda

Esta categoria registra os ativos financeiros não-derivativos não classificados nas demais categorias, uma vez que a administração não possui expectativa determinada de venda. Esses ativos são

avaliados pelo valor justo e têm seus ganhos e perdas levados ao patrimônio líquido, sendo reconhecidos no resultado no momento de sua efetiva realização. Entretanto, os juros, calculados utilizando-se a taxa de juros efetiva, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

3.3.4. Metodologia de avaliação

O valor justo é o valor de mercado divulgado pelas principais centrais de custódia ou provedores de informações econômicas. Para os instrumentos sem mercado ativo, o valor justo é calculado com base em modelos de precificação que incluem o valor das últimas negociações ocorridas, o fluxo de caixa descontado e o valor justo de instrumentos financeiros semelhantes. Os modelos utilizados são avaliados por um comitê multidepartamental, a quem cabe sugerir novas metodologias ou aprimoramentos. As metodologias de avaliação do valor justo são classificadas de acordo com os níveis demonstrados na nota 7.

O custo amortizado é o valor na data de reconhecimento, atualizado pelos juros contratuais utilizando-se a taxa de juros efetiva, menos eventuais amortizações e reduções por perda de valor.

O quadro a seguir apresenta o resumo dos instrumentos financeiros e das suas classificações:

Ativo	Categoria	Metodologia de Avaliação / Referência
Disponibilidades	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Compromisso de Revenda	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Créditos com o Governo Federal- Créditos Cedidos à União	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Créditos com o Governo Federal- FCVS	Disponíveis para venda	Valor justo
Créditos com o Governo Federal- Fahbre	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Créditos com o Governo Federal- FND	Disponíveis para venda	Valor justo / Valor patrimonial da quota
Passivo	Categoria	Metodologia de Avaliação / Referência
Créditos a Pagar	Outros Passivos	Custo amortizado

3.3.5. Provisão para perda de ativos financeiros

A Reserva Monetária efetua, no mínimo semestralmente, uma avaliação para verificar se existem evidências de perdas de valor de seus ativos financeiros.

Somente são consideradas evidências objetivas de perda os fatos ocorridos após o reconhecimento inicial do ativo que tenham impacto no fluxo estimado de recebimentos e desde que esse impacto possa ser estimado com confiança. São considerados, por exemplo, os seguintes eventos:

- dificuldades financeiras do devedor;
- o não-pagamento de parcelas da obrigação, do principal ou de juros;
- renegociação ou abatimento;
- liquidação extrajudicial, falência ou outras formas de reorganização financeira;
- desaparecimento de mercado ativo, em função de dificuldades financeiras do emissor.

Se existirem evidências objetivas de perda nos ativos avaliados pelo custo amortizado, o valor da perda é calculado pela diferença entre o valor do ativo na data da avaliação e o valor que se espera receber ajustado a valor presente pelas taxas contratuais, sendo o valor do ativo ajustado com o uso de uma conta de provisão e o valor da perda reconhecido no resultado.

A avaliação é efetuada por um comitê multidepartamental, a quem cabe verificar a propriedade dos valores e metodologias utilizadas.

Para os ativos classificados como Disponíveis para Venda, havendo evidências objetivas de perda permanente, a perda acumulada reconhecida no patrimônio líquido deve ser reconhecida na demonstração de resultado, mesmo não havendo a realização do ativo.

Quando um ativo é considerado não-recebível, seu valor é baixado contra a conta de provisão. Eventuais recebimentos posteriores de ativos baixados são reconhecidos como receita.

Se, em períodos subseqüentes, ocorrer alteração nas condições de recebimento do ativo, e essa alteração ocasionar reversão de provisão anteriormente reconhecida, o valor da reversão é reconhecido como receita, com exceção das participações societárias, para as quais a provisão para perda não pode ser revertida.

3.4. Imunidade tributária

De acordo com o previsto na Constituição Federal brasileira, a Reserva Monetária possui imunidade quanto à cobrança de impostos sobre seu patrimônio e sobre as rendas e serviços relacionados às suas atividades. Entretanto, está obrigada a efetuar retenções de tributos referentes aos pagamentos de serviços prestados por terceiros.

3.5. Demonstração de Fluxo de Caixa

Para fins da Demonstração de Fluxo de Caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem apenas as disponibilidades.

4. COMPROMISSO DE REVENDA

São operações em que ocorre uma compra à vista concomitante à assunção do compromisso de revenda em data futura. Nessas operações, tendo em vista suas características, os bens negociados são contabilizados como garantias.

As garantias das operações compromissadas são sempre constituídas em títulos públicos federais custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic, os quais são avaliados a preços inferiores àqueles observados no mercado secundário com o objetivo de proteger, o credor dos recursos, das variações nas taxas de mercado (preços). Uma vez que o valor das garantias é estabelecido no momento da contratação da operação, não havendo a previsão de ajuste durante sua vigência, o doador dos recursos assume o risco da variação de preços de mercado das garantias, quando estes caem abaixo daqueles estabelecidos quando da contratação da operação.

Essas operações são constituídas sem cláusula de “livre movimentação”, ou seja, a venda definitiva dos títulos recebidos em garantia não é permitida durante a vigência da operação.

	31.12.2009	31.12.2008
Compromisso de Revenda sem livre movimentação	3.280.739	2.940.769
Garantias	3.301.624	2.955.761

5. CRÉDITOS COM O GOVERNO FEDERAL

	31.12.2009			31.12.2008		
	Custo	Ajuste a Valor Justo	Contabilidade	Custo	Ajuste a Valor Justo	Contabilidade
Prog. Refin. de Créd. Cedidos à União	349.461	-	349.461	390.122	-	390.122
FCVS	90.012	(14.269)	75.743	86.945	(14.345)	72.600
Fundo de Habit. de Baixa Renda - Fahbre	1.200	-	1.200	2.069	-	2.069
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND	489	-	489	426	-	426
Total	441.162	(14.269)	426.893	479.562	(14.345)	465.217

- a) O Programa de Refinanciamento de Créditos Cedidos à União refere-se aos créditos decorrentes da Lei 8.727/93, que determina a consolidação das dívidas dos governos estaduais nas diversas entidades do Governo Federal, sendo corrigidos pelo IGPM e juros de 6% ao ano e vencimento em 2014. Esse crédito está classificado na categoria Empréstimos e Recebíveis.
- b) O Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS é um fundo constituído com o objetivo de garantir a cobertura dos saldos devedores residuais em contratos habitacionais, cuja

responsabilidade pelo pagamento é do Tesouro Nacional. Esse pagamento será feito por meio da novação do crédito e consequente emissão de títulos da dívida pública federal-CVS. Tendo em vista as características do crédito e dos títulos a serem recebidos no processo de novação, esse crédito está classificado na categoria Disponíveis para Venda.

A variação no saldo dos créditos com o Governo Federal deve-se, principalmente, aos valores recebidos no período relativos ao Programa de Refinanciamento de Créditos Cedidos à União.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS – POR CATEGORIA

Ativos Financeiros	31.12.2009		31.12.2008	
	Valor Justo	Contabilidade	Valor Justo	Contabilidade
Empréstimos e recebíveis	3.627.921	3.631.403	3.314.233	3.332.967
Disponíveis para a venda	76.232	76.232	73.026	73.026
TOTAL	3.704.153	3.707.635	3.387.259	3.405.993

Em 31.12.2009, dentre os instrumentos classificados como Empréstimos e Recebíveis, o valor justo dos créditos com o Programa de Refinanciamento de Créditos Cedidos à União era R\$345.990 (R\$371.504 em 2008) e com o Fahbre era de R\$1.190 (R\$1.953 em 2008). Os demais ativos classificados nessa categoria não apresentam diferença significativa entre o valor justo e o valor contábil, por se tratar de operações à vista.

7. VALOR JUSTO – POR HIERARQUIA

As metodologias de avaliação do valor justo são classificadas de acordo com os seguintes níveis de hierarquia, que refletem a representatividade dos dados utilizados em sua mensuração:

- Nível 1 – avaliação baseada em cotações de preços de instrumentos financeiros idênticos, negociados em mercado ativo, sem a realização de ajustes;
- Nível 2 – técnicas de avaliação baseadas em dados observáveis. Esta categoria contempla instrumentos financeiros que são avaliados utilizando-se: (i) cotações de preços de instrumentos financeiros similares, negociados em mercado ativo; (ii) cotações de preços de instrumentos financeiros idênticos ou similares, negociados em mercado pouco ativo; e (iii) outras técnicas de avaliação nas quais todos os dados significativos são observáveis, direta ou indiretamente, em informações do mercado;
- Nível 3 – técnicas de avaliação baseadas em dados não-observáveis. Esta categoria contempla todos os instrumentos financeiros cujas técnicas de avaliação são baseadas em dados não-observáveis em informações do mercado, sendo que estes dados têm efeito significativo na mensuração de seu valor justo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros que são avaliados com base em cotações de preços de instrumentos similares que necessitam, entretanto, de ajustes e de presunções para que seus valores justos reflitam as diferenças entre eles.

O quadro a seguir demonstra os instrumentos financeiros da Reserva que são avaliados a valor justo, de acordo com o nível de hierarquia de valor justo no qual está classificado:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Crédito com o Governo Federal	-	489	75.743	76.232
Créditos com o Governo Federal- FCVS	-	-	75.743	75.743
Créditos com o Governo Federal- FND	-	489	-	489

Os créditos com o Governo Federal (nota 5) são classificados no nível 2 e no nível 3 em função da metodologia de avaliação utilizada para sua mensuração, conforme discriminado abaixo:

- FCVS/CVS – valor justo baseado nas taxas de desconto implícitas nas negociações de instrumentos similares (CVS-A), excluídas as negociações consideradas atípicas;
- FND – valor justo baseado no valor patrimonial da quota.

A utilização de taxas de desconto calculadas por meio de metodologias alternativas, também consideradas apropriadas para a mensuração do valor justo das garantias representadas por FCVS e CVS, acarretaria um impacto positivo de R\$1.615, utilizando-se um cenário de longo prazo da TR, e de R\$1.210, utilizando-se taxas de *swap* de taxas de juros da BM&F Bovespa, para os três primeiros anos, conjugadas com o cenário de longo prazo da TR.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

8.1. Resultados acumulados

Inclui todos os resultados acumulados pela Reserva Monetária desde a sua criação, uma vez que não existe distribuição dos resultados acumulados.

8.2. Ganhos (perdas) reconhecidos diretamente no patrimônio

Referem-se aos ajustes de marcação a valor justo dos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda.

9. RECEITAS DE JUROS

	2009	2008
Receitas de Juros	302.579	385.061
Operações compromissadas	281.454	309.451
Créditos com o Governo Federal	21.125	75.610
Total	302.579	385.061

10. RESULTADO

10.1. Resultado do período

O resultado no período foi positivo em R\$301.569 (R\$384.115 em 2008) e decorreu substancialmente dos rendimentos obtidos nas operações compromissadas com títulos públicos federais.

10.2. Resultado abrangente

A Demonstração do Resultado Abrangente – DRA tem como objetivo a evidenciação do lucro econômico de uma entidade, ampliando o nível de divulgação dos resultados para além do conceito de lucro contábil, usualmente evidenciado por meio de Demonstração do Resultado do Exercício – DRE.

Com vistas a propiciar maior transparência aos resultados, na DRA são evidenciados os ganhos e perdas reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (nota 8.2).

11. ADMINISTRAÇÃO DE RISCO

Tendo em vista suas características e a legislação específica (nota 1), a Reserva investe seus recursos em operações compromissadas com títulos públicos federais, não lhe sendo permitido contrair empréstimos ou outras formas de passivo. Assim, não existe política de risco na administração de seus ativos e passivos.

11.1. Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade de perda em função de a contraparte não honrar suas obrigações.

Não existe política de mitigação do risco de crédito, uma vez que seus ativos têm como contraparte o Bacen ou o Governo Federal.

11.2. Risco de Mercado

Risco de mercado é aquele resultante das oscilações de parâmetros de mercado, tais como taxa de juros e taxas de câmbio.

11.2.1. Risco de Taxa de Juros

É o risco resultante das mudanças nas taxas de juros, que afetam o valor justo dos instrumentos de rendimento prefixado e o fluxo financeiro futuro naqueles de rendimento pós-fixados. O quadro a seguir demonstra a exposição da Reserva às variações de fluxo financeiro, uma vez que ela não possui operações pré-fixadas.

	31.12.2009	31.12.2008
Pós-fixado	3.707.143	3.405.560
Sem juros	492	433
Total	3.707.635	3.405.993

Cabe destacar que os ativos remunerados com taxas pós-fixadas são reprecificados em até um mês, sendo corrigidos, por exemplo, pela Taxa Selic e pela Taxa Referencial – TR.

Estima-se que um aumento de 1% na taxa de juros aumentaria o resultado de 2009 em R\$2.752 (R\$3.423 em 2008).

11.3. Risco de Liquidez

O risco de liquidez é aquele que surge da eventual dificuldade de negociação de papéis em um mercado secundário, em virtude de que este não possa absorver o volume que se deseja negociar sem que haja significativa alteração de preço.

Não há política de mitigação de riscos de liquidez em função da liquidez diária da maior parte dos ativos e dado a inexistência de passivos.

12. PARTES RELACIONADAS

De acordo com a NIC 24 – Divulgação de Partes Relacionadas, as seguintes instituições se caracterizam como tal:

12.1. Banco Central do Brasil

O Bacen é classificado como parte relacionada porque é seu gestor, realizando todas as operações em seu nome uma vez que a Reserva Monetária não possui personalidade jurídica.

O Bacen é ressarcido dos custos incorridos na administração da Reserva Monetária através da cobrança de uma taxa de administração, que em 2009 foi R\$1.017 (R\$954 em 2008). Essa taxa é calculada pelo Sistema de Custos e Informações Gerenciais, mantido pelo Bacen.

12.2. Centrus

A Fundação Banco Central de Previdência Privada - Centrus é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, e tem como objetivo complementar os benefícios de aposentadoria e pecúlio assegurados pela previdência social pública dos funcionários do Bacen que se aposentaram até 31.12.1990. A Centrus, apesar de não possuir nenhuma transação com a Reserva Monetária, é considerada como parte relacionada obrigatória pela NIC 24 por se tratar de um fundo de pensão mantido por uma parte relacionada da Reserva Monetária, nesse caso, o Bacen

12.3. Governo Federal

O Governo Federal foi classificado como parte relacionada porque pode ser considerado o seu controlador, uma vez que originariamente a Reserva foi constituída com recursos tributários (nota 1).

O quadro a seguir apresenta as principais transações no período:

	2009	2008
Programa de Refinanciamento de Créditos Cedidos à União		
Saldo Inicial	390.122	377.053
(+) Juros	17.939	69.201
(-) Recebimento	(58.600)	(56.132)
Saldo Final	349.461	390.122
FCVS		
Saldo Inicial	72.600	64.473
(+) Juros	3.067	6.267
(+) Ajuste	76	1.860
Saldo Final	75.743	72.600
Outros	1.689	2.495
Total do Ativo	426.893	465.217

José Irenaldo Leite de Ataíde
Chefe do Departamento de
Liquidações Extrajudiciais

Jefferson Moreira
Chefe do Departamento de
Contabilidade e Execução Financeira
Contador CRC-DF 7.333



KPMG Auditores Independentes
SBS - Qd. 02 - Bl. Q - Lote 03 - Salas 708 a 711
Edifício João Carlos Saad
70070-120 - Brasília, DF - Brasil
Caixa Postal 8723
70312-970 - Brasília, DF - Brasil

Central Tel 55 (61) 2104-2400
Fax 55 (61) 2104-2406
Internet www.kpmg.com.br

Parecer dos auditores independentes

Ao
Administrador da
Reserva Monetária
(Administrada pelo Banco Central do Brasil)
Brasília - DF

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Reserva Monetária elaborados em 31 de dezembro de 2009 e 2008, e as respectivas demonstrações de resultados, de resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas. A Administração da Reserva Monetária é responsável pela elaboração e pela correta apresentação dessas demonstrações financeiras que, conforme discutido na Nota Explicativa nº 2, foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Informações Financeiras ("NIIF's"). Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras, com base no resultado de nossos exames.
2. Nossos exames foram executados de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil bem como em observância das normas internacionais de auditoria. Essas normas requerem que o planejamento e a execução de nossos exames sejam suficientes para fornecer uma segurança razoável quanto à inexistência de erros materiais nas demonstrações financeiras. Nossos exames compreenderam a aplicação de testes, com base em amostras, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações divulgados nas demonstrações financeiras. Nossos exames incluíram ainda a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Reserva Monetária em 31 de dezembro de 2009 e 2008, e os resultados de suas operações e dos seus fluxos de caixa, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as Normas Internacionais de Informações Financeiras ("NIIFs").

Brasília, 25 de março de 2010

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF



Ricardo Anhesini Souza
Contador CRC SP-152233/O-6 S-DF